

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO,
MONITORAMENTO E ANÁLISE DE SAÚDE PÚBLICA - SIMASP

ALESSANDRA SOUSA CAMPOS

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E FOME NO BRASIL:
REVISÃO TEÓRICA E ANÁLISE DOS DADOS DISPONÍVEIS**

Orientador (es):

Dália Elena Romero Montilla (Socióloga, Mestre em Demografia, Doutora em saúde Pública)

Andreia Ferreira de Oliveira (Pós-Doutorado em Saúde Pública)

**Rio de Janeiro
Outubro 2019**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

ALESSANDRA SOUSA CAMPOS

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E FOME NO BRASIL:
REVISÃO TEÓRICA E ANÁLISE DOS DADOS DISPONÍVEIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Sistemas de Informação, Monitoramento e Análise de Saúde Pública.

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar ao meu lado, me dar repostas quando mais preciso e me guiar pelos caminhos de luz dessa vida.

Agradeço a minha filha Paula, que mesmo sem entender muito a complexidade de um trabalho de conclusão de curso, nos seus apenas 10 anos de idade suportou meus momentos de impaciência e nervosismo, suportou não receber repostas aos seus importantes questionamentos e mesmo assim, em momentos em que eu achei que não fosse conseguir, me disse palavras de conforto, palavras de incentivo e carinho. Mobilizou seus professores da escola e amiguinhos dizendo da minha falta de tempo porque ia entregar um TCC. Te agradeço meu amor, e me desculpo. Você não precisava passar por isso, ainda não!! Mas também deixo registrado que hoje grande parte da minha motivação vem da sua alegria de viver, da sua intensidade e por isso vejo que não posso mais parar.

Ao meu esposo, meus pais e irmãos, por serem meu porto seguro e por sempre me incentivarem quando preciso ultrapassar mares revoltos.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	8
2- JUSTIFICATIVA	11
3 – OBJETIVOS	13
4 – METODOLOGIA	14
CAPITULO I - Conceito de SAN e de Fome presente nas perguntas dos Inquéritos Populacionais de Saúde no Brasil.	15
CAPÍTULO II - Análise dos artigos acadêmicos que utilizam Inquéritos de Saúde Populacional na produção de conhecimento sobre SAN e Fome no Brasil	20
CAPITULO III – Análise descritiva da situação da SAN e Fome a partir dos dados da PNAD de 2013	26
5 – DISCUSSÃO	35
6 -CONCLUSÃO	37
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Níveis de Insegurança Alimentar	15
Quadro 2 – Perguntas EBIA aplicadas em inquéritos populacionais	17

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 – Aplicação dos critérios de inclusão e exclusão	21
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Atitude adotada com a falta de alimento	33
Tabela 2 – Análise do Rendimento per capita em relação à IA moderada e grave	34

ANEXOS

ANEXO A – POF 2017-2018, utilizando a EBIA	42
ANEXO B – Relatório de revisão teórica	46

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - OS ALIMENTOS ACABARAM ANTES QUE OS MORADORES DESTES DOMICÍLIOS TIVESSEM DINHEIRO PARA COMPRAR MAIS COMIDA _____ **26**
- Gráfico 2** - OS MORADORES FICARAM SEM DINHEIRO PARA TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA _____ **27**
- Gráfico 3** - OS MORADORES COMERAM APENAS ALGUNS ALIMENTOS QUE AINDA TINHAM PORQUE O DINHEIRO ACABOU _____ **27**
- Gráfico 4** - ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE DEIXOU DE FAZER ALGUMA REFEIÇÃO PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **28**
- Gráfico 5** - ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE, ALGUMA VEZ, COMEU MENOS DO QUE ACHOU QUE DEVERIA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **28**
- Gráfico 6** - ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE, ALGUMA VEZ, SENTIU FOME, MAS NÃO COMEU PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **29**
- Gráfico 7** - ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE, ALGUMA VEZ, FEZ UMA REFEIÇÃO OU FICOU UM DIA INTEIRO SEM COMER PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **29**
- Gráfico 8** - EXISTÊNCIA DE MORADOR DE 0 A 17 ANOS DE IDADE _____ **30**
- Gráfico 9** - ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE, ALGUMA VEZ, DEIXOU DE TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **30**
- Gráfico 10** - ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE, ALGUMA VEZ, NÃO COMEU QUANTIDADE SUFICIENTE DE COMIDA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **30**
- Gráfico 11** - ALGUMA VEZ, FOI DIMINUÍDA A QUANTIDADE DE ALIMENTOS DAS REFEIÇÕES DE ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **31**
- Gráfico 12** - ALGUMA VEZ, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE DEIXOU DE FAZER UMA REFEIÇÃO PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA _____ **31**

Gráfico 13- ALGUMA VEZ, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE SENTIU FOME, MAS NÃO COMEU PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA

32

Gráfico 14- ALGUMA VEZ, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE FEZ APENAS UMA REFEIÇÃO AO DIA OU FICOU SEM COMER POR UM DIA INTEIRO PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA

32

PALAVRAS-CHAVE

Insegurança alimentar no Brasil. Fome. Obesidade.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, O direito à alimentação foi incluído à nossa Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 64, aprovada em 4 de fevereiro de 2010, que inseriu no art. 6º a “alimentação” como um direito social. Outra importante conquista da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) foi o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que é o sistema público que assegura a todas as pessoas que vivem em território nacional estarem livres da fome e terem direito a comida de verdade, como forma de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em nível mundial, o conceito de Soberania Alimentar traz para cada país prerrogativas de gestão e gerenciamento político, podendo cada povo decidir as estratégias e ações para seus sistemas alimentares, com respeito à soberania econômica, política e cultural, conforme descreveu (MACHADO et. al. 2018).

Como componente de governança das políticas públicas, o Brasil tem o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) como principal ator, fundado em 2003 e com ele a LOSAN. Em 2019 o CONSEA recebeu status de extinto por alguns meses, mas voltou a existir agora vinculado ao Ministério da Cidadania, após reformulação das pastas ministeriais ocorrida no atual governo.

Historicamente se faz presente a busca em nível global para a superação da Insegurança Alimentar e Nutricional e sua face mais severa, que é a FOME. Na maioria das vezes adota-se a recomendação da Organização para as Nações Unidas para a Alimentação (FAO) de consumo de 2200 Kcal para uma pessoa adulta (KEPPLE et al. 2011).

Como componente global de enfrentamento da Fome, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mais conhecidos como Agenda 2030. Esta agenda é um plano de ação para o planeta e será implementado por países e todas as partes interessadas, Brasil está entre os países signatários e através de uma atuação colaborativa o alvo é a erradicação da pobreza. Somando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, entre os compromissos do Objetivo 2 se encontrar a temática Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e

promover a agricultura sustentável”, conforme nota o Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (2015).

Em relatório, a ONU em 2014, manifesta que o Brasil deixou de fazer parte do mapa da fome no mundo pois para alcançar este feito, o país conseguiu garantir que menos de 5% da população ingeria menos calorias do que o recomendando (FAO, IFAD and. WFP. 2014).

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que em conjunto com o Sistema Nacional de Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional (SISVAN), em seus os últimos resultados faz apontamentos para uma redução da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil no triênio de 2014 a 2016, quando a subalimentação na população brasileira se manteve abaixo de 2,5%. Porém, após alcançar resultados tão expressivos no combate à FOME, estudos recentes apontam que o fenômeno volta a assombrar a população brasileira com a possibilidade de casos extremos da Insegurança Alimentar. Esse fato se dá pelo aumento da pobreza e extrema pobreza, variáveis que influenciam diretamente o direito a Segurança Alimentar e Nutricional.

O desemprego, a redução da ação do Estado no incentivo às políticas e programas sociais e a Austeridade como modelo de enfrentamento da crise econômica, geram uma tendência a ampliação das desigualdades vitais, fatores que acentuam o empobrecimento populacional a partir de 2017.

Como já foi sugerido, o crescimento da extrema pobreza e os profundos cortes orçamentários nos programas sociais e de segurança alimentar e nutricional criam o ambiente para o retorno da fome como uma manifestação substantiva no atual contexto da realidade brasileira. (MENEZES,2019)

Este trabalho se apresenta como componente de um conjunto de informações sobre o fenômeno da Insegurança Alimentar e Nutricional e Fome e para a construção deste estudo a barreira inicial encontrada foi a pouca produção de conhecimento sobre o tema, a pouca regularidade de produção de dados, que são fatores fundamentais para o monitoramento deste problema social que grande parte da população brasileira pode estar exposta. É um tema a ser tratado com extrema relevância e urgência, pois somente através do conhecimento

produzido e divulgado com regularidade se faz possível o monitoramento da tendência da fome e da situação de vulnerabilidade alimentar da população brasileira.

2 JUSTIFICATIVA

O Direito à alimentação é um direito social recentemente incluído na Constituição do Brasil graças à participação de entidades civis, movimentos sociais, órgãos públicos e privados, organizações não governamentais, artistas e cidadãos de todo o país, em campanha nacional (Nascimento, et.al. 2010)

Art. 6º da Constituição Federal: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." BRASIL. Constituição (1988)

Segundo Kepple e Segall-Corrêa (2011), por Segurança Alimentar e Nutricional entende-se o acesso ao direito constitucional a uma alimentação de forma adequada e regular. Assim como a saúde não consiste somente na ausência de doença, o acesso a alimentos não é fator suficiente que assegure a Segurança Alimentar. A Segurança Alimentar e Nutricional, está entre os demais direitos sociais constitucionalmente estabelecidos. Ao abordar o tema em seu caráter legal relacionando-o à saúde pública e seus agravos, é possível destacar a Lei 8080, Lei Orgânica da Saúde, que em seu artigo 3º ratifica o conceito ampliado de saúde, defendendo que "Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo na saúde determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Corroborando com o conceito ampliado de saúde, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), estabelece como Segurança Alimentar e Nutricional, entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Não há nesta Lei um destaque a qualquer tipo de seletividade para acesso, de forma que qualquer pessoa que viva em solo brasileiro está coberta pela legislação, não

devendo ficar vulnerável a qualquer nível de Insegurança Alimentar, sendo ela leve, moderada ou grave, que configura a privação ao alimento, a Fome.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – Art. 6º)

Peres (2018), em recente matéria aponta para atual crise política e econômica a qual o Brasil vem enfrentando gerou em mim a interrogação sobre a possibilidade de o Brasil estar regredindo em suas conquistas e uma situação de acentuada de vulnerabilidade social aproxima do fantasma da insegurança alimentar, podendo retornar ao Mapa da Fome, como consequência da crise que a sociedade brasileira passou a conviver desde o ano 2015.

Menezes (2019), afirma que “A fome está muito associada à pobreza extrema, e temos preocupação sobre políticas de restrições orçamentárias que estão sendo implementadas”.

A relevância deste estudo está em sua proposta de analisar e discutir produções teóricas e dados dos sistemas de informação, relacionando-os para a elucidação de um panorama atual do fenômeno da Insegurança Alimentar e Nutricional e da Fome. O resultado desse estudo é necessário como oportunidade para dar visibilidade às questões que envolvem o tema em sua face de vulnerabilidade social e econômica, de forma a identificar o que sabemos hoje sobre a SAN e a Fome. Que as discussões levantadas sirvam de aporte para um cenário prospectivo de enfrentamento deste fenômeno, que adoce, fragiliza e limita boa parte da população dos estados brasileiros. Servirá de aporte científico para tomada de decisões e planejamento de políticas públicas tanto para gestores públicos, quanto para todos os atores envolvidos na construção de um Brasil aonde as pessoas vivam em situação de Segurança Alimentar e Nutricional.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Conhecer aspectos da Insegurança Alimentar e Nutricional e da Fome no Brasil através da a revisão teórica de artigos científicos e análise da PNAD como fonte de dados oficiais.

3.2 Objetivos Específicos

1. Revisar o Conceito de SAN e de Fome presente nas perguntas dos Inquéritos Populacionais de Saúde no Brasil.
2. Analisar os principais achados dos artigos acadêmicos que utilizam Inquéritos de Saúde Populacional na produção de conhecimento sobre SAN e Fome no Brasil.
3. Realizar análise descritiva da situação da SAN e Fome a partir dos dados da PNAD de 2013.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem metodológico documental, de análise bibliográfico quantitativo.

O primeiro capítulo, a revisão do Conceito de SAN e de Fome presente nas perguntas dos Inquéritos Populacionais de Saúde no Brasil, foi realizado através da análise documental dos Inquéritos de Saúde com representatividade nacional. Comparou-se o referencial teórico da EBIA com as perguntas contidas nas PNAD.

Para o segundo capítulo, análise dos principais achados dos artigos acadêmicos que utilizam Inquéritos de Saúde Populacional na produção de conhecimento sobre SAN e Fome no Brasil, realizou-se busca por artigos científicos nas bases de dados do Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) no período entre julho e agosto de 2019. Os descritores: “Insegurança alimentar no Brasil”, “Fome” e “Obesidade” foram utilizados. Como critério de seleção, foram utilizados no estudo os artigos que realizaram análises pautadas nos dados da PNAD entre os anos 2004 a 2013 e buscaram relacionar variáveis com os níveis de Insegurança Alimentar. A maioria dos estudos fizeram relato de abrangência nacional, embora alguns tenham sido direcionados para alguma região do Brasil. Os artigos científicos excluídos abordavam o tema de forma menos conceitual ou em uma perspectiva voltada para a área psicológica.

Como ferramenta para o gerenciamento dos artigos levantados foi utilizado o aplicativo Mendeley Desktop versão 1.10.1

A análise descritiva da situação da SAN e Fome, presente no terceiro capítulo, foi realizada a partir dos dados da PNAD de 2013, com uma amostra de 116.543 pessoas. Utilizou-se o pacote estatístico PSPP para o processamento dos dados.

Capítulo I. Conceito de SAN e de Fome presente nas perguntas dos Inquéritos Populacionais de Saúde no Brasil.

Como órgão regulador, a LOSAN em seu artigo 3º estabelece o principal conceito para Segurança Alimentar e Nutricional. Ele consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, para todas as pessoas residentes no Brasil.

Como importante referência para as pesquisas sobre a SAN no Brasil contamos com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), metodologia oriunda do departamento de agricultura do EUA, criada na década de 90 para avaliar a segurança alimentar da população local. Esta metodologia foi trazida para o Brasil, adaptada e validada pela UNICAMP e aplicada em nossos inquéritos classificando o fenômeno com as seguintes definições:

Quadro 1 - Níveis de Insegurança Alimentar

Segurança Alimentar (SA)	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo
Insegurança Alimentar Leve (IA leve)	Preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas
Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada)	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos
Insegurança Alimentar Grave (IA grave)	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

A EBIA tem perguntas padronizadas, após revisão conta atualmente com um total de 14 perguntas. A análise das perguntas aplicadas nos inquéritos que abordaram a SAN é possível através dos inquéritos disponíveis na biblioteca virtual IBGE, sendo assim a análise das perguntas foi detalhada neste estudo.

A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), nos inquéritos dos anos 2004, 2009 e 2013 utilizou o suplemento Segurança Alimentar e são estes os principais resultados disponíveis pelas fontes de informação no Brasil. Sendo assim a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD 2013, como mais recente resultado divulgado deste suplemento, é objeto exploração no capítulo dos resultados, que relacionada com os artigos revisados, será base para discussão e conclusões.

PNAD é um inquérito realizado pelo IBGE e sua aplicação iniciou em 1967, tornando-se de abrangência nacional somente em 2004. Este inquérito foi desenvolvido pela necessidade que o Brasil carecia de informações para melhor planejar e acompanhar o desenvolvimento do país. A PNAD é um instrumento que produz dados demográficos, ambientais, econômicos, emprego renda, trabalho, fecundidade, mortalidade e outras características dos domicílios. Foi estruturada para ter uma pesquisa básica, pesquisas suplementares e pesquisas especiais. (OLMO, 2013)

A EBIA foi utilizada pela primeira vez para a construção do Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2004.

Segundo VICENZI et al. (2019), a EBIA foi adaptada e validada no Brasil em 2004. A escala contou com 15 perguntas fechadas, com respostas positivas e negativas, relativas à situação alimentar vivida no domicílio, nos três meses anteriores à entrevista.

A PNAD 2009 foi a segunda oportunidade em que a EBIA foi utilizada, porém já com relevantes alterações. Tendo em vista que naquele período de análise do questionário identificou-se tendências recentes de aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade da população, evidenciadas pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, e por este motivo foram aplicadas mudanças que consistiram na exclusão da associação da perda de peso com a

insegurança alimentar e ajustes acrescentando ao período a qual as perguntas estavam fazendo referência, ou seja, os últimos três meses, conforme publicação, Segurança alimentar : 2004/2009 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, (2010).

Desde 2004 a EBIA está consolidada como principal escala para apuração das condições de alimentação da população no Brasil e como principal característica, através de em seus resultados, é possível ter acesso à percepção da própria população sobre a forma como se alimentam. As PNAD 2009, 2013 e a POF 2017/2018 aplicaram a mesma versão do questionário.

Quadro 2 – Perguntas EBIA aplicadas em inquéritos populacionais

<p>PNAD 2004- Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?</p> <p>PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?</p>
<p>PNAD 2004-Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida?</p> <p>PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?</p>
<p>PNAD 2004-Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?</p> <p>PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018 Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?</p>

PNAD 2004 - Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018 Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, por que o dinheiro acabou?

PNAD 2004 - Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?

PNAD 2004 - Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, por que não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2004 - Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, por que não tinha dinheiro para comprar comida?

PNAD 2004 - Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018 -Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição

ao dia, por que não tinha dinheiro para comprar a comida?

PNAD 2004 - Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada, por que não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2004 - Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, por que o dinheiro acabou?

PNAD 2004 - Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia, por que não havia dinheiro para comprar a comida?

PNAD 2004 - Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

PNAD 2004 - Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro para comprar a comida?

PNAD 2004 - Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

PNAD 2009, PNAD 2014 e POF 2017/2018- Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

PNAD 2004 - Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: IBGE, PNAD 2004, PNAD 2009, PNAD 2013, POF 2017/2018

A PNAD 2013 foi a última a abordar a EBIA e o inquérito mais recente que investigou o tema Insegurança alimentar foi a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017/2018, segundo Agência de notícias IBGE (2017). O inquérito está disponível no sítio do IBGE, porém seus resultados ainda não foram divulgados. O questionário utilizado na POF contendo a EBIA está disponível neste estudo, conforme anexo A.

Capítulo II. Análise dos artigos acadêmicos que utilizam Inquéritos de Saúde Populacional na produção de conhecimento sobre SAN e Fome no Brasil.

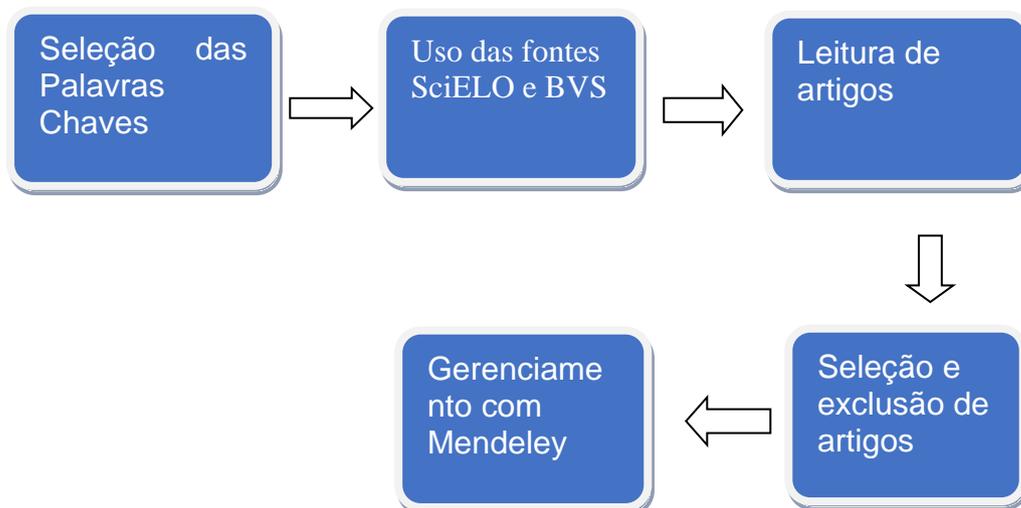
A busca por artigos científicos foi realizada através da Biblioteca Virtual em Saúde – SciELO e a Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. A partir das palavras chaves “Insegurança alimentar no Brasil”, “Fome”, “Obesidade”, foram selecionados 21 artigos científicos. Após leitura dos artigos, como ferramenta para o gerenciamento dos dados, foi utilizado o aplicativo MENDELEY Desktop versão 1.10.1.

Utilizando os critérios de inclusão e exclusão de artigos adotados nesta pesquisa, encontraram-se 14 artigos para compor o estudo por tratarem diretamente sobre o conceito de SAN, com base na EBIA e sua maioria com análises pautadas nos dados da PNAD entre os anos 2004 a 2013. Outros fatores que levaram à seleção dos referidos artigos são os recortes das variáveis tanto dos níveis de Insegurança Alimentar abordados, quanto o recorte populacional. A maioria fez um relato de abrangência nacional, embora alguns artigos tenham sido direcionados para a alguma região do Brasil, como Sudeste, Sul e Nordeste.

As produções científicas excluídas da seleção abordavam o tema de forma menos conceitual ou em uma perspectiva mais voltada para a área da psicologia.

Embora o estudo tenha como objetivo a revisão teórica do fenômeno nos últimos 20 anos, ao selecionar o material para estudo, verificou-se que 10 dos 14 artigos encontrados foram publicados na segunda década do século XXI.

Fluxograma 1 – Aplicação dos critérios de inclusão e exclusão



A maioria dos artigos explorados utilizou o principal conceito de SAN adotado no Brasil, com base na LOSAN.

Em sua maioria, os artigos usaram a EBIA como referência de definição das escalas do fenômeno e nos casos de aplicação das pesquisas os artigos selecionados abordaram as pesquisas PNAD 2004, 2009 e 2013, Vide ANEXO B.

Dos 14 artigos que compõem esta revisão teórica conclui-se que 9 deles utilizaram o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, com base na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o artigo que abordou a Insegurança Alimentar no uso indiscriminado de agrotóxicos não conceituou o fenômeno e realizou o estudo com abordagem voltada para a exploração da qualidade na produção de alimentos no viés dos impactos epidemiológicos para a saúde e meio ambiente. Os outros 4 artigos não conceituaram o fenômeno, porém descreveram o fenômeno da ausência de alimentos ou o risco iminente da mesma.

A EBIA, é hoje no Brasil a principal referência para a percepção das pessoas sobre o acesso ideal a uma alimentação que garanta a segurança alimentar, o mesmo embasou 10 das 14 produções analisadas, os autores utilizaram em seus estudos as PNADS 2004, 2009 e 2013.

Todos os textos dataram a partir do ano 2009 e a abordagem do tema em escala nacional está presente em nove 9 artigos, sendo que os estados Maranhão, São Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí e Nordeste foram analisados em artigos específicos. Vale destacar a abordagem feita pelos pesquisadores do departamento de medicina social da Universidade Federal de Pelotas, que comparou as regiões Nordeste e a Região Sul do Brasil.

Assim como toda questão social, a Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) tem suas múltiplas expressões e neste estudo muitas delas foram identificadas nos artigos analisados.

“A exposição à insegurança alimentar também está associada a eventos adversos, como a ocorrência de doenças crônicas, sintomas depressivos e absenteísmo escolar.” (SANTOS, 2018)

O vínculo familiar, mais precisamente o vínculo mãe e filho, foi uma das variáveis estudadas e apresentadas com seus respectivos impactos para a SAN

em crianças. Esse aspecto pontual foi explorado de forma a não somente identificar a prevalência da ISAN pela simples falta do alimento ou acesso inadequado, mas outras questões que afetam diretamente o vínculo da mãe com seu filho e que conseqüentemente ocasionam a ISAN.

Apesar de o desenvolvimento infantil relacionar -se com a ingestão de alimentos, a desnutrição não pode ser tratada como resultado somente da insegurança alimentar familiar. Assim, para corrigi-la, além da oferta alimentar, o vínculo mãe-filho adequado mostrou-se importante fator associado a esse processo e a desconsideração da família no atendimento à criança desnutrida pode resultar no fracasso desta ação. (VIEIRA et al. 2010)

A questão socioeconômica representa expressão de grande impacto em relação ao acesso a alimentação de forma adequada e contínua. Fatores como subemprego e desemprego afetam diretamente a renda per capita familiar são destacados nas análises de vários autores.

Observamos que, entre aqueles que estavam desempregados, a frequência de insegurança alimentar moderada e grave foi 20%,29% e 26% maior do que nos 2009 e 2013, respectivamente. (SANTOS, 2018)

SOUSA et Al. 2019, analisou em seu artigo a crise econômica e política que o Brasil enfrenta desde 2015 e destacou as condições e oportunidades de empregabilidade da população. A ISAN foi relacionada com a instabilidade política, onde os autores já conseguem sugerir um reflexo de regressão às conquistas de direitos anteriormente alcançadas.

A Insegurança Alimentar Moderada pode ser aquela considerada como a que está no “meio do caminho”, pois não há uma ausência efetiva do que comer, mas isso não significa que o direito à Segurança Alimentar esteja sendo preservado para determinado grupo de pessoas.

Passar fome é quando não tem absolutamente nada em casa. Mas passar fome, também, é quando se tem que comer a mesma coisa a semana toda, sem variar, e você sabe que, mais cedo ou mais tarde, essa comida vai acabar também, porque só rende até um certo ponto... E você tenta mandar seus filhos para brincar na casa de algum amiguinho, na hora do almoço, para que comam alguma coisa. (KEPPLE et al. 2011)

LOPES et al. (2019), buscou compreender o fenômeno e suas expressões no estado do Maranhão, na região Nordeste, que historicamente apresenta maior prevalência de Insegurança alimentar no Brasil, pesquisando a segurança alimentar e estado nutricional das crianças menores de 5 anos de idade. O estudo apontou para a necessidade de maiores articulações para a incorporação da intersetorialidade nas políticas públicas voltadas a promoção da segurança alimentar e nutricional na região do país. O principal motivo deste apontamento é a evidência de altos índices de insegurança alimentar no Maranhão em relação a todo o Brasil. Embora tenham sido identificadas situações pontuais de crescimento inadequado em crianças, o sobrepeso também se fez presente nos achados do estudo.

FACCHINI et al. (2013) analisou que a insegurança alimentar foi observada em 54,2% dos domicílios do Nordeste e em 27,3% dos domicílios do Sul, evidenciando a diferença entre estas duas regiões do Brasil.

A prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave foi alta em ambas as regiões estudadas (Nordeste = 22,9%, Sul = 7,5%), sendo três vezes maior no Nordeste. As análises evidenciaram um padrão de renda familiar per capita (tanto de média como de mediana) inferior para os domicílios da região nordeste e para todas as associações listadas anteriormente. A probabilidade aumentada de insegurança alimentar em domicílios chefiados por mulheres insegurança alimentar moderada ou grave foi maior no Nordeste, mas foi associada à pobreza extrema em ambas as regiões. (FACCHINI et al. 2013)

Por sua vez em Pelotas, no Sul do Brasil, a Insegurança Alimentar também se faz presente em forma da obesidade como uma manifestação biológica. A

obesidade é conceituada como uma doença crônica não transmissível, é considerada pela OMS como uma epidemia no Séc. XXI.

Segundo alguns autores a associação entre insegurança alimentar e obesidade seria consequência de um processo adaptativo à escassez de alimentos, no qual, por mecanismos fisiológicos, ocorreria poupança de energia e armazenamento de gordura com mais facilidade. (VICENZI, 2015)

Mesmo diante das possibilidades levantadas no estudo em Pelotas, afirma-se que as reflexões acerca da obesidade e a insegurança alimentar, principalmente em crianças, demanda estudos prospectivos.

SANTOS et al. (2018), corroborando com as discussões de vários artigos analisados e com as PNADS 2004, 2009 e 2013, analisou que nos períodos entre 2004 e 2009 e 2009 a 2013, os resultados apontam aumento da prevalência de Segurança Alimentar e redução da Insegurança Alimentar, em maior escala no segundo período em relação ao primeiro. Trata-se de quase uma década com resultados positivos e com maior engajamento por parte do Estado através de políticas públicas e de iniciativas para o combate à fome e a pobreza, fomentando o funcionamento programas sociais e de transferência de renda, como exemplo a Estratégia Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Porém, mesmo com os avanços e conquistas identificados, a análise aponta que as medidas não foram suficientes para alcançar resultados eficientes na redução das desigualdades sociais e alcance da equidade.

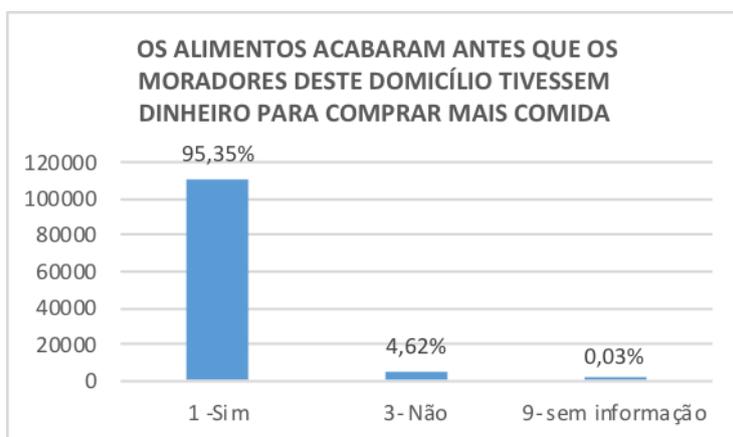
BEZERRA et al. (2017), ao analisar as PNAD 2004 a 2013, revisou artigos científicos publicados no mesmo período no Brasil, relacionando a SAM e o reflexo dos fatores sociodemográficos e econômicos. Um dos resultados apontados é que famílias beneficiárias de programas de transferência de renda apresentavam situação de maior vulnerabilidade em relação à Insegurança Alimentar, refletindo um contraste aos bons resultados obtidos pelos mesmos programas de governo.

Capítulo III. Análise descritiva da situação da SAN e Fome a partir dos dados da PNAD de 2013

Considerando o total de 116.543 domicílios que participaram da pesquisa, os gráficos abaixo apresentam os resultados de algumas variáveis e a percepção dos moradores do domicílio. As análises foram feitas a partir dos resultados obtidos através das opções previamente estabelecidas, variando entre Sim ou Não, embora algumas variáveis apresentem mais opções de respostas.

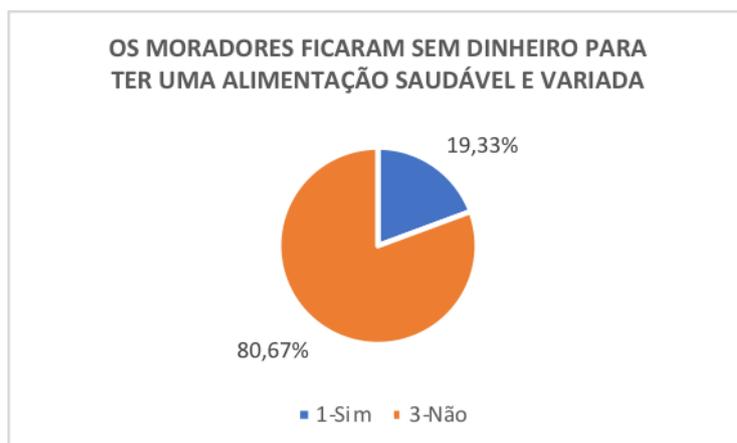
As perguntas do instrumento estiveram relacionadas aos últimos 90 dias anteriores à pesquisa. A variável que verificou o término do alimento antes de novo aporte financeiro para reposição dos alimentos, evidenciou que a grande maioria dos domicílios (95,3%) enfrentam a dificuldade em repor os alimentos e somente 4,6% não enfrentaram esta dificuldade. Do total de domicílios, 19,3% afirmaram ficar sem dinheiro para alimentar-se de forma saudável e variada.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, PNAD 2013

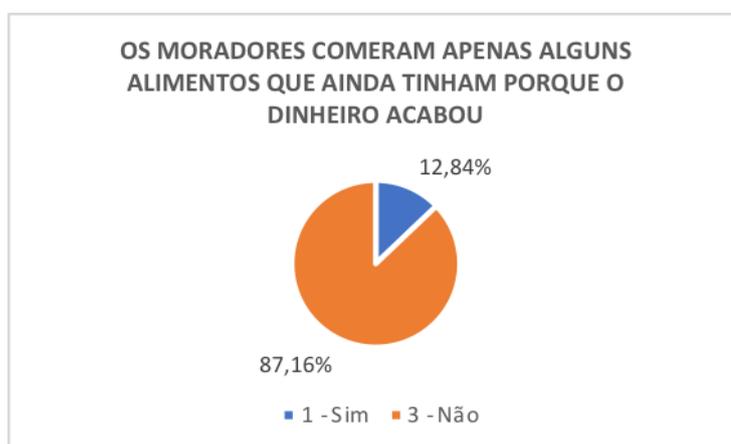
Gráfico 2



Fonte: IBGE, PNAD 2013

Com relação a variável sobre o consumo de apenas alguns alimentos em função do término da renda, observa-se que 12,8% não ficaram sem alimento, porém tiveram acesso a pouca variação dos mesmos (IA moderada) e se depararam com a falta de dinheiro para melhorar a qualidade da alimentação naquele período. 87,1% conseguiu variar a alimentação e conseqüentemente fazer a manutenção da qualidade da ingestão de alimentos no período.

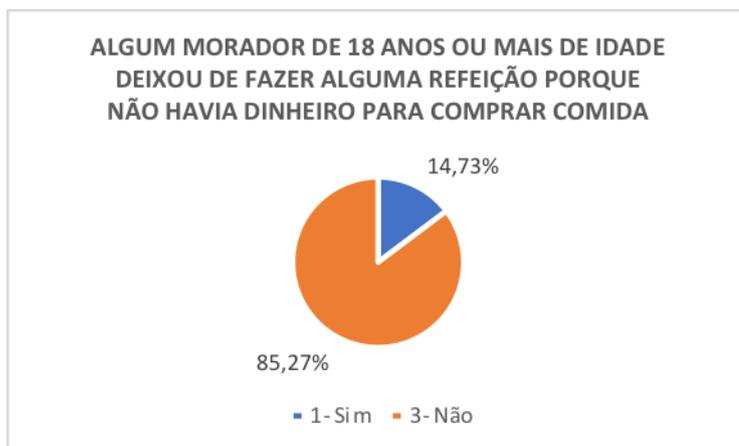
Gráfico 3



Fonte: IBGE, PNAD 2013

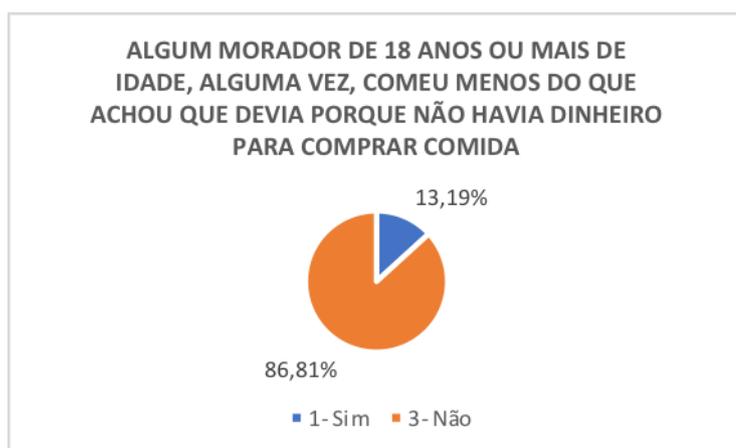
O conjunto de variáveis abaixo apresenta a percepção dos moradores do domicílio maiores de 18 anos, condicionando diretamente ao acesso a dinheiro para comprar comida. De maneira geral, observa-se menor proporção da restrição total ou parcial de refeição ou a ausência de alimentação por período muito longo do dia ou o dia inteiro.

Gráfico 4



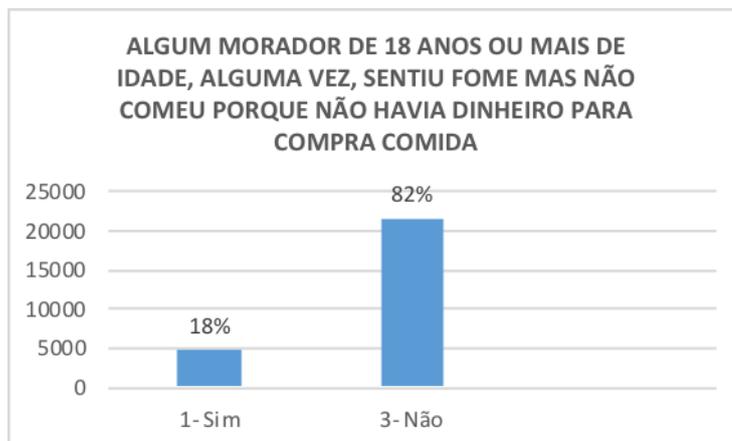
Fonte: IBGE, PNAD 2013

Gráfico 5



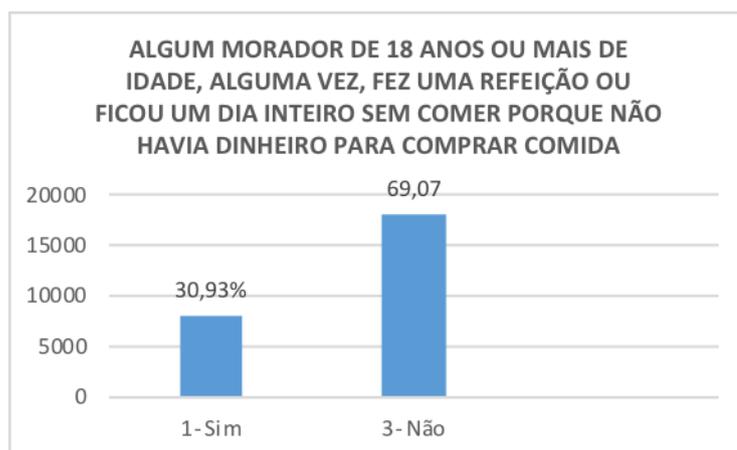
Fonte: IBGE, PNAD 2013

Gráfico 6



Fonte: IBGE, PNAD 2013

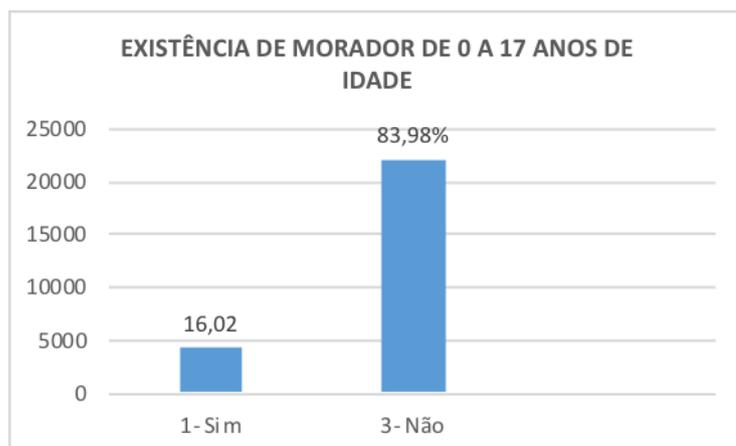
Gráfico 7



Fonte: IBGE, PNAD 2013

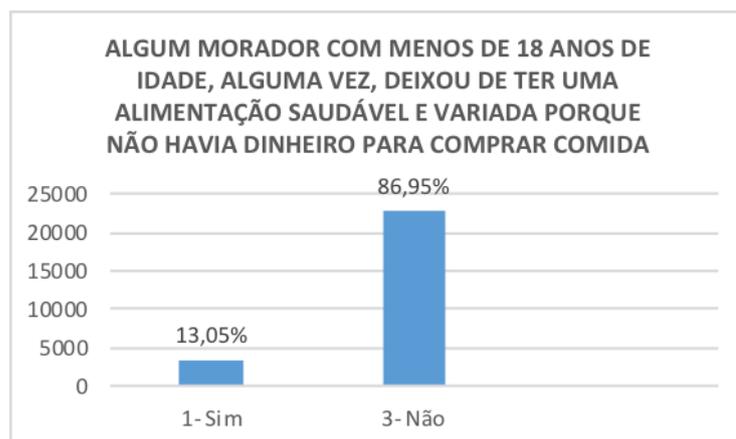
As variáveis que analisaram as pessoas de 0 a 17 anos nos domicílios da amostra apresentaram falta de informação acima de 70%. Com as informações válidas verificou-se que 3,6% são menores de 17 anos e 18,9% acima desta faixa etária. São preocupantes as evidências da vulnerabilidade a que este público fica exposto. A falta de dinheiro fez com que houvesse restrição da variedade de alimentos.

Gráfico 8



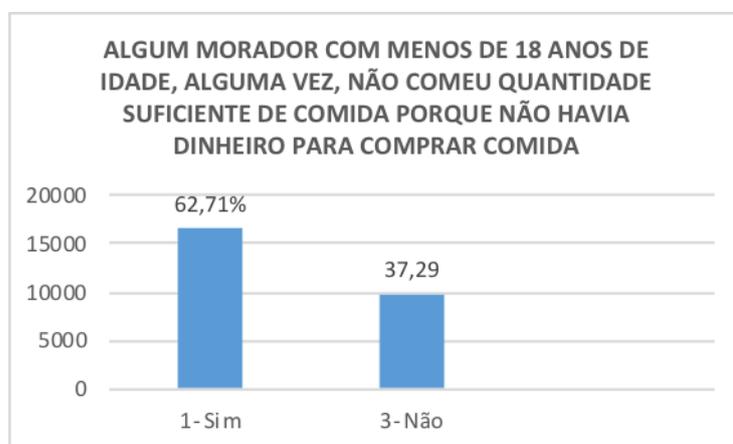
Fonte: IBGE, PNAD 2013

Gráfico 9



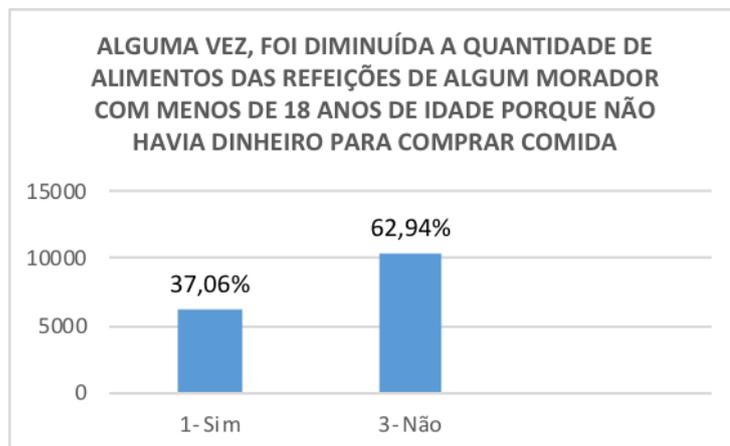
Fonte: IBGE, PNAD 2013

Gráfico 10



Fonte: IBGE, PNAD 2013

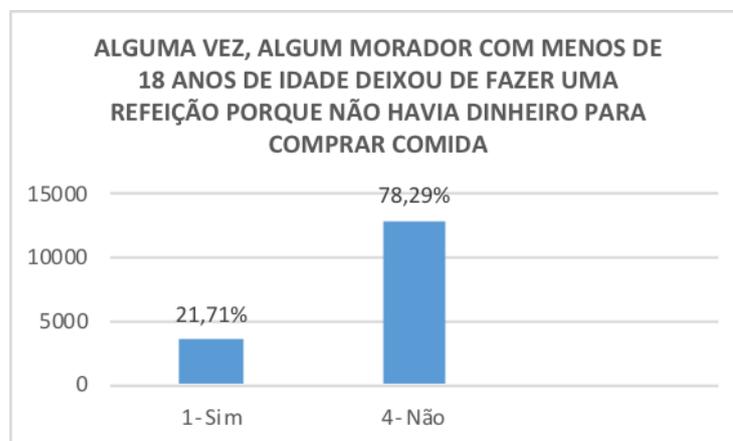
Gráfico 11



Fonte: IBGE, PNAD 2013

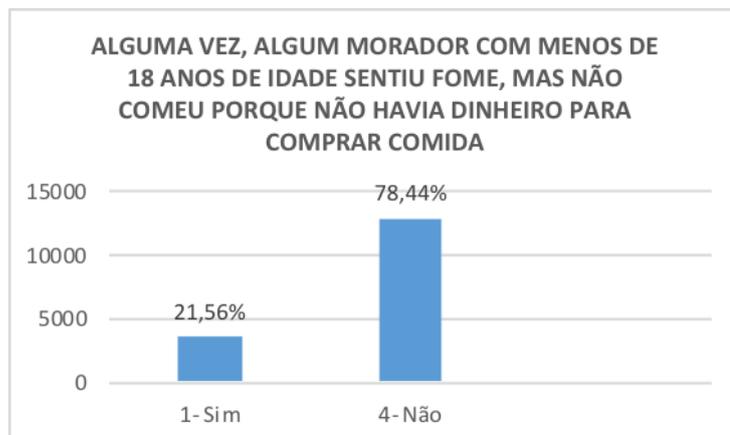
Pela falta de dinheiro, o conjunto de variáveis a seguir também apresenta resultado de pessoas que sentiram fome e não comeram ou se restringiram apenas a uma refeição no dia, caracterizando a IA Grave.

Gráfico 12



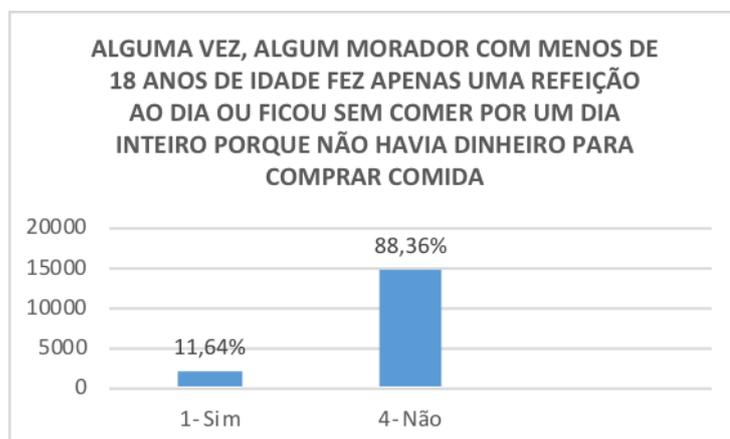
Fonte: IBGE, PNAD 2013

Gráfico 13



Fonte: IBGE, PNAD 2013

Gráfico 14



Fonte: IBGE, PNAD 2013

A pesquisa registrou as atitudes tomadas pelos entrevistados ao deparar-se com a Insegurança Alimentar nas escalas moderada e grave, cujos resultados estão expostos na tabela a seguir.

Tabela 1- Atitude adotada com a falta de alimento

ATITUDE ADOTADA	NÚMERO INTEIRO	%
PEDIRAM ALIMENTOS EMPRESTADOS A PARENTES VIZINHOS E/OU AMIGOS	3.094	26,61
PRESTARAM PEQUENOS SERVIÇOS A PARENTES E AMIGOS EM TROCA DE ALIMENTOS	309	2,66
COMPRARAM FIADO	4.821	41,46
DEIXARAM DE COMPRAR ALIMENTOS SUPÉRFLUOS	804	6,91
COMERAM MENOS CARNES	390	3,36
COMERAM MENOS FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES	148	1,27
FORAM PESCAR, CAÇAR E COLHER FRUTOS	174	1,49
XEPARAM EM FEIRAS E MERCADOS E APROVEITARAM ALIMENTOS	27	0,24
PROCURARAM EMPREGO	216	1,85
RECEBERAM AJUDA DE ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA, IGREJA	122	1,05
RECEBERAM AJUDA DO GOVERNO MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL	68	0,58
RECEBERAM ALIMENTOS DA COMUNIDADE, VIZINHOS, PARENTES E AMIGOS	364	3,13
CADASTRARAM-SE EM ALGUM PROGRAMA GOVERNAMENTAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	37	0,32
NÃO FIZERAM NADA	493	4,24
PEDIRAM DINHEIRO EMPRESTADO	562	4,83
Sem resposta	104.914	Missing
TOTAL	116.543,00	100%

Fonte: IBGE, PNAD 2013

Das atitudes adotadas observa-se que 41,4% afirmaram ter feito uma dívida para se alimentar. A presença de familiares e amigos também foi marcante nos resultados obtidos, pois 26,6% recorreu aos seus pares para conseguirem alimento.

A questão socioeconômica diretamente retratada pela falta de dinheiro é um fator preponderante nos resultados da maioria das variáveis aplicadas. O cruzamento dos resultados das variáveis V4622 “Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita” e V2107 “Os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada”, cujos resultado estão expostos na tabela abaixo:

Tabela 2 – Análise do Rendimento per capita em relação à IA moderada e grave

V4622	V2107	
	1 - Sim	3 - Não
0"SEM RENDIMENTO"	680,39	1383,39
	32,97%	67,03%
1"ATÉ 1/4 DE SM"	3999,32	3062,35
	3,43%	2,63%
2"MAIS DE 1/4 ATÉ 1/2 SM"	5849,33	10133,93
	36,60%	63,40%
3"MAIS DE 1/2 ATÉ 1 SM"	6962,32	25157,42
	21,68%	78,32%
4"MAIS DE 1 ATÉ 2 SM"	3340,31	27537,67
	10,82%	89,18%
5"MAIS DE 2 ATÉ 3 SM"	598,9	9764,14
	5,78%	94,22%
6"MAIS DE 3 ATÉ 5 SM"	215,58	6340,92
	3,29%	96,71%
7"MAIS DE 5 SM"	84,6	5681,58
	1,47%	98,53%
99"SEM DECLARAÇÃO".	793,84	4957,02
	13,80%	86,20%
Total	22524,59	94018,41
	19,33%	80,67%

Fonte: IBGE, PNAD 2013

Observa-se 19,33% esteve submetido à IA de moderada à Grave. Nos domicílios sem rendimento 32,97 % ficaram sem dinheiro para manutenção da alimentação adequada. Outra faixa de renda que apresentou considerável nível de vulnerabilidade foi o domicílio de até 1/2salário mínimo, sendo 36,60% o grupo que esteve exposto.

A tendência de mais segurança na garantia do direito à SAN é observada a partir dos domicílios com renda per capita a partir de 2 salários mínimos. A categoria “sem declaração” apresenta 13,80% de percentual de vulnerabilidade e 86,20% de domicílios que não apresentam renda, porém não relatam ficar sem dinheiro para a manutenção da SAN. Neste grupo possivelmente estão os trabalhadores autônomos e trabalhadores informais.

5 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos através da revisão teórica de artigos científicos e da análise do inquérito da PNAD 2013 oferecem um panorama sobre o fenômeno da Insegurança Alimentar no Brasil. Foi possível constatar alinhamento conceitual entre estudiosos, trabalhadores e protagonistas no enfrentamento do fenômeno, quando este é reconhecido como direito de todos ao acesso regular, de forma que outros direitos não sejam represados, tão pouco que as características da população sejam desmerecidas em detrimento a este direito. No solo brasileiro este direito deve ser universal e sustentável.

A análise da produção científica nacional se deu através de artigos científicos, relativamente atuais onde os autores retrataram o histórico da estruturação da política da SAN no Brasil. Foi possível conhecer experiências em algumas regiões do Brasil e constatar o período de resultados positivos que se deu entre 2004 e 2013, quando houve uma elevação de Segurança Alimentar e redução dos casos mais severos de Insegurança Alimentar.

A LOSAN em seu caráter legal coloca a fome em um status de política pública, estabelecendo critérios para ações coletivas através de políticas sociais, investimentos em programas e projetos para o alcance de resultados positivos, que gerem impacto na vida da população, assim como a conquista de 2004, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome.

Captar a situação real da população demanda ferramentas de grande alcance, e podemos enxergar nos inquéritos a metodologia de eficiência para coleta de informações, possibilitando captar dados do Brasil em toda a sua abrangência, enormes proporções e miscigenação. A composição das perguntas a serem aplicadas nos inquéritos seguem o movimento das mudanças dos povos, sendo adequadas a cada momento vivenciado no país. Temos neste estudo o exemplo da EBIA ser trazida para o Brasil, adaptada ao nosso povo e em momento oportuno e necessário feitos os ajustes para aplicação nos próximos inquéritos.

Tivemos até aqui os inquéritos da PNAD como fonte de dados, porém o último inquérito que aplicou o suplemento segurança alimentar está datado de

2013, somando 6 anos sem dados atualizados sobre este tema. O Brasil enfrenta desde 2015 severa crise política e econômica que muito provavelmente marcará a história dos brasileiros e ela apresenta como reflexo o retrocesso da população ao nível de extrema pobreza. Como constatado neste estudo, a falta de dinheiro para comprar alimento ou tê-lo de forma suficiente e variada, apresenta implacavelmente à população a situação de Insegurança Alimentar, podendo chegar ao seu nível mais extremo, a fome.

Ter acesso à informação através de fonte de dados oficiais é condição indispensável para se antecipar e enfrentar o agravamento dessa mazela social. O IBGE, através da Pesquisa de Orçamento Familiar 2017/2018, fez o último levantamento sobre o cenário da SAN no Brasil, o nível de rendimento da população é um fator que interfere diretamente na SAN, fato identificado neste estudo. Porém, o ano 2019 caminha para o término e os resultados não estão disponíveis para que haja um controle social, para os gestores públicos possam pensar estratégias de atuação, tão pouco para embasamento teórico dentro das academias. Ficando então, a partir desta lacuna, o ponto de partida para estudos futuros que identifiquem o verdadeiro o panorama da SAN e fome no Brasil.

6 CONCLUSÃO

A revisão do conceito de SAN e fome foi realizada a partir da identificação da Lei que o estabelece e Indicador que dá os parâmetros para análise e percepção da própria população sobre os níveis de SAN e Fome que possam estar expostos. Ao longo das análises constata-se que o conceito é adotado na construção da maioria das publicações. Os artigos científicos selecionados para a revisão teórica passaram por leitura e gerenciamento das principais informações através da ferramenta Mendeley Desktop, facilitando a identificação dos pontos principais a serem referenciados ao longo do estudo.

A coleta de dados foi realizada no site do IBGE, sendo escolhida a PNAD 2013, que utilizou o suplemento segurança alimentar, para análise estatística dos dados foi utilizado o software SPSS que possibilitou a extração de relatórios tabulados e geração de com os resultados obtidos através do inquérito populacional.

Ao estudar a contextualização histórica do fenômeno, identifica-se a importância das políticas públicas transformando o problema da fome em questão de segurança alimentar, colaborando para o fortalecimento das ações de combate a fome, colocando-a em um patamar que exige ação estratégica através de planos, programas de projetos integrados visando alcançar resultados positivos para a população. Como parâmetro para as ações é possível contar com a EBIA como principal indicador dos níveis de insegurança alimentar da população, que também reflete a percepção da população sobre seu acesso ao direito da Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim sendo, este estudo apresenta informações para a compreensão do fenômeno da fome no Brasil com a junção da análise de artigos acadêmicos, contextualização histórica do fenômeno ao alcançar o status de política pública e dados oficiais de sistemas de informação. Através deste estudo é possível compreender que a fome extrapola a mazela pontual de determinado domicílio ou população e se apresenta como uma questão social com múltiplas expressões que torna vulnerável tanto o direito à saúde quanto outros direitos constitucionalmente estabelecidos. A principal contribuição deste estudo para o universo acadêmico está na união em um só material das informações mais relevantes sobre a Segurança Alimentar e Nutricional e Fome na última década e

deixa a mostra a necessidade da continuidade de estudos em busca de informações atualizadas que evidenciem as mudanças ocorridas nos últimos anos no Brasil.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Machado ML, Gabriel CG, Soar CM, Machado GR, Lacerda PMO, Martins JT, Marcon MC, Cristina M: *Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Caderno de Saúde Pública, Brasil, 2018, vol. 34.*
- 2 - Kepple AW, Segall-Corrêa AM: Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência e saúde coletiva, Brasil, 2011, vol. 16.*
- 3 - FAO: Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Brasil, 2015.
- 4 - FAO, IFAD and. WFP: The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, 2014.
- 5 - Menezes F: *Pobreza e fome em ascensão. Brasil, 2019. Disponível em : < <http://www.iela.ufsc.br/noticia/pobreza-e-fome-em-ascensao>> Acesso em 10. Out. 2019.*
- 6 – BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.
- 7 - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – *Institui a lei de Segurança Alimentar e Nutricional.*
- 8 – Revista Radis: *Comunicação e saúde, Nº 186 Brasil, 2018.*
- 9- Olmo B: *Análise da capacidade funcional dos idosos nos sistemas de Informação de saúde no Brasil, 2013.*
- 10- Vicenzi KH, Weber RL, Backes AP, Paniz VV, Donatti VM, Olinto T, Anselmo MT: *Insegurança alimentar e excesso de peso em escolares do primeiro ano do Ensino Fundamental da rede municipal de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, 2019.*
- 11 – IBGE: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, Rio de Janeiro 2006.*
- 12 - IBGE: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Segurança Alimentar 2004/2009, Rio de Janeiro 2010.*
- 13 –IBGE: *Pesquisa de orçamentos familiares POF 2017-2018 coleta.*
- 14 - Santos TG, da Silveira JAC, Silva LG, Ramires EKNM, Menezes RCE: *Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa*

Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. Cad. Saúde Pública, vol.34, n.4, Mar 29, 2018.

15 - Viviane Laudelino Vieira VL, Souza JMP, Mancuso AMC: *Insegurança alimentar, vínculo mãe-filho e desnutrição infantil em área de alta vulnerabilidade social. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. vol.10 no.2 Recife abril/junho 2010*

16 - Lopes AF, Borges MT, Leonel C, Szarfarc SC: Perfil nutricional de crianças no estado do Maranhão. *Rev. bras. epidemiol. [online]. 2019, vol.22,*

17 - Facchini LA, Motta JVS, Tomasi E, Silva S M, Thumé E, Silveira DS, Siqueira FV, Dilélio A S, Saes MO, Miranda VIA, Volz PM, Moraes P, Osório A, Fassa ACG: Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. *Cad. Saúde Pública [online]. 2014, vol.30, Brasil.*

18 - Bezerra TA, Olinda RA, Pedraza DF: Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. *Ciênc. saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, Brasil.*

19 – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília: Presidência da República, 2017

20 – Velho L, Velho P: A controvérsia sobre o uso de alimentação alternativa no combate à subnutrição no Brasil. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos [online]. 2002, vol.9.*

21 – Viacava F, Dachs N, Travassos C: Os inquéritos domiciliares e o Sistema Nacional de Informações em Saúde. *Ciênc. saúde coletiva [online]. 2006, vol.11.*

22 – Sousa LRM, Segall-Corrêa AM, Ville AS, Melgar-Quiñonez H: A segurança alimentar em tempos de crise financeira e política no Brasil. *Cad. Saúde Pública [online]. 2019, vol.35, n.7.*

23 - Albuquerque MFM: A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Rev. Nutr. [online]. 2009, vol.22, n.6, Brasil.*

24 – Shinohara NKS, Padilha MRF, Oliveira FHP, Cabral JVB: *Insegurança alimentar no uso indiscriminado de agrotóxicos. Brasil, 2017.*

25 – Sabóia RB, Marize M: Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela Estratégia Saúde da Família em Teresina, Piauí, 2012-2013. *Epidemiol. Serv. Saúde* [online], vol.24, n.4, Brasil, 2015

26 - Pinheiro A R O, de Carvalho, M FCC: Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: Uma crônica desigualdade social. *Ciênc. saúde coletiva* vol.15 no.1 Rio de Janeiro Jan. 2010

27 - Sacco dos Anjos F, Velleda CN: Ventos do Sul Movem Moinhos: a experiência brasileira no combate à fome na última década, Universidade Federal de Pelotas, Brasil,2017.

ANEXO A –POF 2017/2018 – USANDO A EBIA

POF EBIA.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas POF EBIA.pdf x

Fazer login

Compartilhar

1 / 4 139%

<p>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>  <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</p> <p>Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares</p> <p>Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018</p> <p>POF 6 - Avaliação das Condições de Vida</p>	60	IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO				
	01	IDENTIFICAÇÃO GERAL				
		UF	MUNICÍPIO	DISTRITO	SUB-DISTRITO	SETOR
	02	IDENTIFICAÇÃO POF				
		CÓDIGO DO DOMICÍLIO	PERÍODO TEÓRICO	ABERTURA DA CADERNETA	NÚMERO DA UC	Nº DE ORDEM DO INFORMANTE
		NOME DO INFORMANTE: _____				
	03	SITUAÇÃO DO QUESTIONÁRIO <input type="checkbox"/> NÃO PESQUISADO				

Windows taskbar: Digite aqui para pesquisar, 22:59, 29/10/2019

POF EBIA.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas POF EBIA.pdf x

Fazer login

3 / 4 139%

Compartilhar

08 Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio **tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem** antes de poderem comprar ou receber mais comida? **V6108**

1 Sim 2 Não

09 Nos últimos três meses, **os alimentos acabaram** antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? **V6109**

1 Sim 2 Não

10 Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio **ficaram sem dinheiro** para ter uma alimentação saudável e variada? **V6110**

1 Sim 2 Não

11 Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio **comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham** porque o dinheiro acabou? **V6111**

1 Sim 2 Não

Se todos os quesitos de 08 a 11 forem iguais a Não → Encerre.

Se em pelo menos um dos quesitos 08, 09, 10 ou 11 tiver uma resposta Sim:

a. Se HOUVER algum morador da UC de 18 anos ou mais de idade → Siga quesito 12;

b. Caso contrário → Passe para o quesito 16.

12 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade **deixou de fazer alguma refeição** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6112**

1 Sim 2 Não

Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que se devia porque não havia

Digite aqui para pesquisar

POR 23:01
PTB2 29/10/2019

POF EBIA.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas POF EBIA.pdf x

Fazer login

3 / 4 139%

Compartilhar

13 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez **comeu menos do que achou que devia** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6113**

1 Sim 2 Não

14 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez **sentiu fome, mas não comeu** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6114**

1 Sim 2 Não

15 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, **fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6115**

1 Sim 2 Não

Se HOUVER algum morador da UC de menos de 18 anos de idade → Siga quesito 16;
Caso contrário → Encerre.

16 Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, **deixou de ter uma alimentação saudável e variada** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6116**

1 Sim 2 Não

17 Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, **comeu menos do que deveria** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6117**

1 Sim 2 Não

Windows Taskbar: Digite aqui para pesquisar

System Tray: POR 23:03, PTB2 29/10/2019

POF EBIA.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas POF EBIA.pdf x

Fazer login

3 / 4 139%

Compartilhar

18 Nos últimos três meses, alguma vez, **foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições** de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6118**
1 Sim 2 Não

19 Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, **deixou de fazer alguma refeição**, porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6119**
1 Sim 2 Não

20 Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, **sentiu fome, mas não comeu** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6120**
1 Sim 2 Não

21 Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, **fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro** porque não havia dinheiro para comprar comida? **V6121**
1 Sim 2 Não

Digite aqui para pesquisar

POR 23:04
PTB2 29/10/2019

ANEXO B – RELATÓRIO DE RFEVISÃO TEÓRICA

TÍTULO	AUTOR	ANO	REVISTA	OBJETIVO	ABRANGENCIA	CONCEITO DE SAN	Referencial conceitual citado no artigo	Fonte para estudar S.A. ou Fome	Pontos de corte do conceito	Outras Fontes para relacionar com o evento	Outras variáveis para relacionar com o evento	CONCLUSÃO
Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013	dos Santos, Taise Gama da Silveira, Jonas Augusto Cardoso Longo-Silva, Giovana Ramires, Elyssia Karine Nunes Mendonça de Menezes, Risia Cristina Egito	2018	Cadernos de Saúde Pública	Estudar a fome e a insegurança alimentar nos anos de 2004, 2009 e 2013.	Brasil	Direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo, como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis*.	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	(PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2013	(0 pontos), insegurança alimentar leve (1-5 pontos na presença de moradores < 18 anos ou 1-3 pontos na ausência de moradores < 18 anos), insegurança alimentar moderada (6-9 pontos na presença de moradores < 18 anos ou 4-5 pontos na ausência de moradores < 18 anos) e insegurança alimentar grave (10-14 pontos na presença de moradores < 18 anos ou 6-8 pontos na ausência de moradores < 18 anos) 2,15.	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos mesmos anos?	Variáveis independentes como Moradia (urbana e rural), Macrorregiões administrativas, saneamento sanitário, Densidade domiciliar (total de moradores e total de dormitórios) Bens de consumo disponíveis.	Os resultados descrevem tendência de redução na prevalência de insegurança alimentar entre 2004-2013, especialmente, quanto à insegurança alimentar moderada e grave que passou de 17% ((C95%: 15,7-18,4) em 2004 para 7,9% ((C95%: 7,2-8,7) em 2013. Por outro lado, apesar das importantes reduções na prevalência de insegurança alimentar moderada e grave, observou-se que, independentemente do nível de determinação, os estratos populacionais com menor prevalência em 2004 apresentaram redução relativa de maior magnitude.
Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos	Thaise Alves Bezerra, Ricardo Alves de Oliveira, Dixis Figueroa Pedraza	2017	Ciência & Saúde Coletiva	Apontar a prevalência de insegurança alimentar, assim como fatores associados, em diferentes cenários sociodemográficos.	Brasil	Direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis*.	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Artigos publicados de 2004 a 2013 sobre Segurança Alimentar e Nutricional a partir da busca em bases de dados. (SciELO, Lilacs e PubMed). PNAD 2009	Foram calculadas a média ponderada da prevalência, com respectivas amplitudes, de insegurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave pelos respectivos tamanhos amostrais	Revisão sistemática com metanálise de artigos científicos sobre SAN desenvolvidos no Brasil com a aplicação da EBIA.	A renda familiar, grau de escolaridade, a quantidade de indivíduos no domicílio e o tipo de moradia foram as principais variáveis,	Os resultados evidenciam a determinação social de a insegurança alimentar no Brasil.
Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional	Kepple, Anne Walliser, Segall-Corrêa, Ana Maria	2011	Ciência & Saúde Coletiva	Discutir as diferentes maneiras e, em consequência, os vários indicadores que objetivam medir a SAN em nível populacional.	Brasil	A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis -Fome é quando eu passo três ou quatro dias sem comer nada. -Fome é quando eu não consigo dormir porque meu estômago dói. Passar fome é quando não tem absolutamente nada em casa. Mas passar fome, também, é quando se tem que comer a mesma coisa a semana toda, sem variar, e você sabe que, mais cedo ou mais tarde, essa comida vai acabar também, porque só rende até um certo ponto... E você tenta mandar seus filhos para brincar na casa de algum amiguinho, na hora do almoço, para que comam alguma coisa.	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei no 11.346, de 15 de julho de 2006) FAO	PNAD 2004	Determinantes macrosocioeconômicos Determinantes regionais e locais (comunidade) Determinantes domiciliares segurança alimentar no domicílio (SA); (2) insegurança alimentar em nível domiciliar (IA leve); (3) IA entre adultos da família (IA moderada); e (4) IA entre crianças (IA severa) 27,2	PNAD	Emprego, Racismo, Programas assistenciais, Serviços de saúde e de educação, Cultura alimentar, Perfil demográfico dos moradores Raça/Cor Pessoa de referência da família Saúde dos moradores Educação alimentar	O estudo constata que a Ebia-A escala adaptada e validada para a realidade brasileira, aplicada isoladamente, não é adequada para medir a complexidade de um fenômeno multidimensional e interdisciplinar como a SAN. Entretanto, ela é útil para as estimativas de prevalência dos diversos níveis de insegurança alimentar, para a identificação de grupos ou populações de risco em nível local, regional ou nacional, e para o estudo dos determinantes e consequências da IA, quando a ela são adicionados os indicadores apropriados.

TÍTULO	AUTOR	ANO	REVISTA	OBJETIVO	ABRANGENCIA	CONCEITO DE SAN	Referencial conceitual citado no artigo	Fonte para estudar S.A. ou Fome	Pontos de corte do conceito	Outras Fontes para relacionar com o evento	Outras variáveis para relacionar com o evento	CONCLUSÃO
Perfil nutricional de crianças no estado do Maranhão	Amanda Forster Lopes, Maria Tereza Borges Araujo Frotall Claudio Leonel, Sophia Cornbluth Szarfarcl	2019	Revista Brasileira de Epidemiologia	Analisar o perfil epidemiológico nutricional de crianças menores de cinco anos atendidas pela Estratégia Saúde da Família	Maranhão	Risco de passar fome, subjetivamente construído pela própria experiência da privação de alimentos, condicionada por adversidades econômicas e sociais da família	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	O estado nutricional foi classificado segundo as normas do Ministério da Saúde,	crianças de 6 a 59 meses	Estudo com corte transversal para coleta de dados	Idade da criança, "sexo", "situação do domicílio" e "classificação de Insegurança Alimentar" (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Situação de saúde segundo OMS	A desnutrição crônica ainda pode ser considerada um problema de saúde pública no Maranhão, a despeito da transição nutricional que já ocorre nessas famílias. Fatos sugerem que as crianças do Maranhão não estão seguindo a tendência de crescimento normal em estatura observada previamente em crianças brasileiras. Crianças que vivem em condições de insegurança alimentar têm maior risco de apresentar baixa estatura. No conjunto, os resultados são um reflexo das condições de baixo desenvolvimento humano e de exclusão social em que vive a população do Maranhão.
A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza	Maria de Fátima Machado de ALBUQUERQUE	2009	Revista de Nutrição	objetivo enfatizar a importância da utilização da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza no Brasil	Brasil	O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. "A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis" tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção.	PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)	Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Direito Humano da Alimentação Adequada DHAA Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)	Condição de vulnerabilidade familiar na pobreza	Não identificado	Componente cultural, Aspecto psicológico,	É fundamental revisar o desenho das políticas públicas com abordagens conservadoras, distancadas dos princípios dos direitos humanos e que não reconhecem a família, nem o indivíduo, como sujeitos de direitos. Também será importante o planejamento de pesquisas capazes de avaliar o impacto que determinados programas sociais possam causar sobre a situação e a percepção da segurança alimentar em famílias que participam dos mesmos.
Insegurança alimentar, vínculo mãe-filho e desnutrição infantil em área de alta vulnerabilidade social	Viviane Laudelino Vieira, José Maria Pacheco de Souza, Ana Maria Cervato-Mancuso	2010	Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife	Analisar a insegurança alimentar e o vínculo inadequado mãe-filho como dois potenciais determinantes da desnutrição em crianças de quatro a seis anos de idade.	São Paulo	Segurança alimentar é a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)	A pesquisa não citou fontes utilizadas para estudo do Tema	crianças desnutridas (casos) e eutróficas (controles), frequentadoras de duas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs),	Estimativa amostral, estudo de caso e controle em duas escolas de desenvolvimento Infantil	A variável dependente foi o estado nutricional infantil, classificado como desnutrição (caso) ou eutrofia (controle). As variáveis principais foram a insegurança alimentar familiar e o vínculo mãe e filho.	Tanto a insegurança alimentar familiar (OR=3,6) como o vínculo mãe-filho inadequado (OR=9,4) mostraram-se fatores determinantes da ocorrência da desnutrição na população estudada.

TÍTULO	AUTOR	ANO	REVISTA	OBJETIVO	ABRANGENCIA	CONCEITO DE SAN	Referencial conceitual citado no artigo	Fonte para estudar S.A. ou Fome	Pontos de corte do conceito	Outras Fontes para relacionar com o evento	Outras variáveis para relacionar com o evento	CONCLUSÃO
A segurança alimentar em tempos de crise financeira e política no Brasil	Sousa, Luna Rezende Machado de Segall-Corrêa, Ana Maria Ville, Arlette Saint Melgar-Quirónez, Hugo	2019	Cadernos de Saúde Pública	primeiro objetivo é descrever as mudanças no status de segurança alimentar no Brasil antes (de 2004 a 2013) e durante a crise (de 2015 a 2017). O segundo objetivo é explorar associações entre segurança alimentar e fatores socioeconômicos durante a crise.	Brasil	Acesso estável a alimentos adequados	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2004 Pesquisa Mundial Gallup para 2015	Indivíduo com mais de 15 anos de idade em cada domicílio Forma: 0 = segurança alimentar; 1 a 3 = insegurança alimentar leve; 4 a 5 = insumos alimentares modulares; e 6 a 8 = insegurança alimentar grave 1	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)	Variável dependente Segurança Alimentar Variáveis independentes como: renda familiar per capita; percepção de estabilidade de política; tamanho da família; era; nível educacional; e gênero do entrevistado.	Os resultados indicam que, durante a crise, o Brasil sofreu uma grande deterioração da segurança alimentar, destacando a necessidade de políticas de emergência para proteger e garantir o acesso aos alimentos para os mais vulneráveis.
Insegurança alimentar e excesso de peso em escolares do primeiro ano do Ensino Fundamental da rede municipal de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil	Vicenzi, Keli Henn, Ruth Liane Weber, Ana Paula Backes, Vanessa Vieira Paniz, Vera Maria Donatti, Talita Olinto, Maria Teresa Anselmo	2015	Cadernos de Saúde Pública	Objetivo de avaliar a associação entre insegurança alimentar e excesso de peso em escolares do 1º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais	Rio Grande do Sul	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2006 (PNDS 2006)	insegurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	Variável dependente segurança Variáveis independentes: As variáveis independentes foram: sexo do escolar (feminino/masculino); idade da mãe/responsável (coletada em anos completos e categorizada em faixas etárias de 10 anos); cor da pele da mãe/responsável (autorreferida e categorizada em branca e não branca); peso ao nascer do escolar (coletado em gramas, com base na informação referida pela mãe/responsável, confirmado na caderneta da criança, e classificado em < 2.500g; 2.500g-3.999g e ≥ 4.000g); aleitamento materno	Este estudo identificou elevadas prevalências de insegurança alimentar e excesso de peso
Insegurança alimentar no uso indiscriminado de agrotóxicos	Shinohara, Neide Kazue Sakugawa Padilha, Maria do Rosário de Fátima Oliveira, Fábio Henrique Portella Corrêa de Cabral, João Victor Batista	2017	Jornal Higiene Alimentar	Revisão bibliográfica para pontuar os riscos quanto à exposição incorreta aos agrotóxicos, na produção e consumo de alimentos, repercutindo assim na segurança alimentar	Brasil	O artigo não conceituou	MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	NA	NA	NA	crescimento demográfico	O estudo evidenciou a necessidade do controle e acompanhamento da qualidade em toda a cadeia de produção de origem vegetal, deve visar à manutenção do alimento seguro, mas sem negligenciar a segurança epidemiológica da população e proteção do meio ambiente.
Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela Estratégia Saúde da Família em Teresina, Piauí, 2012-2013	Sabóia, Rocilda Cleide Bonfim de Santos, Marize Melo dos	2015	Epidemiologia e Serviços de Saúde	Analisar a prevalência de insegurança alimentar e fatores associados a fatores socioeconômicos e demográficos entre famílias assistidas pela Estratégia Saúde da Família em Teresina-PI	Piauí	Consiste na sensação de preocupação e/ou angústia diante da incerteza da disponibilidade do alimento diariamente, na convivência com a fome ou na ingestão de uma dieta de baixa qualidade nutricional, monótona e insuficiente para suprir as necessidades básicas do indivíduo		Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 revelaram	Comparou-se os escores de segurança alimentar (categoria de referência) com os de insegurança leve, insegurança alimentar e fatores associados moderada e grave.		Variáveis independentes: renda familiar, renda per capita, tipo de esgoto sanitário, chefe da família, outra fonte de renda, tipo de construção da residência, número de cômodos, número de cômodos para dormir, abastecimento de água. Variáveis dependentes: Segurança alimentar e Insegurança alimentar	Conclusão: a prevalência de insegurança alimentar foi alta e mostrou associação com fatores socioeconômicos e demográficos.

TÍTULO	AUTOR	ANO	REVISTA	OBJETIVO	ABRANGENCIA	CONCEITO DE SAN	Referencial conceitual citado no artigo	Fonte para estudar S.A. ou Fome	Pontos de corte do conceito	Outras Fontes para relacionar com o evento	Outras variáveis para relacionar com o evento	CONCLUSÃO
Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: Uma crônica de desigualdade social	Pinheiro, A. R O de Carvalho, M. F. C. C	2010	Jornal Ciência e Saúde Coletiva	Este artigo tem como objetivos identificar o processo de surgimento das políticas (públicas) sociais relacionadas à alimentação e à nutrição no Brasil e descrever alguns elementos que dificultam a superação da problemática questão alimentar e nutricional, utilizando-se de um breve resgate histórico e da exposição de alguns elementos que pretendem instigar a reflexão sobre o tema.	Brasil	Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis	CONSEA	Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)	NA	Programa Fome Zero	NA	Analizou para a necessidade de se compreender que as manifestações biológicas da fome, desnutrição, obesidade ou má nutrição são reflexos de um modelo de desenvolvimento social que privilegia o capital em detrimento do bem estar social.
Ventos do Sul Movem Moínhos: a experiência brasileira no combate à fome na última década	Sacco dos Anjos, Flávio Velleda Caldas, Nádia	2017	Textos & Contextos (Porto Alegre)	Discutir os principais instrumentos utilizados pelo Estado Brasileiro com ênfase na questão dos mercados institucionais, assim como os desafios que se apresentam na atualidade.	Brasil	A segurança alimentar deve ser entendida em sua natureza transversal e multifacetada, muito além da simples avaliação em termos de disponibilidade alimentar ou nutricional.	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)	Relatório anual das Nações Unidas sobre a fome mundial	NA	NA	Pobreza e exclusão	A continuidade e vitalidade da estratégia brasileira no combate à fome depende dos avatares da economia, dos rumos da política, mas, sobretudo, da capacidade de articulação das forças progressistas, entre as quais figuram em destaque as organizações da agricultura familiar no afã de consolidar um espaço que a duras penas foi conquistado nas duas últimas décadas
Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades	Luiz Augusto Facchini Janaína Vieira dos Santos Motta Elaine Tomasi Suele Manjourany Silva Elaine Thumé Denise Silva da Silveira Fernando Vinholes Siqueira Alitêia Santiago Dillêio Mirelle de Oliveira Saes Vanessa Iribarrem Avena Miranda 1 Pâmela Moraes Volz 3 Alessander Osório 3 Anaclaudina Gastal Fassa	2013	Departamento de Medicina Social, Programa de Pós-graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas.	Analisar a insegurança alimentar em domicílios urbanos com crianças menores de sete anos de idade das áreas de abrangência de unidades básicas de saúde (UBS) do Nordeste e do Sul	Nordeste e Região Sul do Brasil	Realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem o comprometimento do acesso a outras necessidades essenciais.	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	PNAD 2004 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS)2006	Crianças menores de sete anos de idade	NA	Variáveis independentes; cor da pele, renda per capita, sexo e idade do chefe da família, escolaridade	Quanto maior o número de crianças menores de sete anos na casa, maior foi a prevalência de insegurança alimentar. Domicílios beneficiados com o Bolsa Família apresentaram uma probabilidade maior de insegurança alimentar moderada ou grave. O achado é indicativo da necessidade de aumento dos valores pagos pelo benefício para se obter uma redução expressiva da insegurança alimentar moderada ou grave. A insegurança alimentar moderada ou grave foi maior no Nordeste, mas foi associada à pobreza extrema em ambas as regiões. Foi observado que expansão de cobertura, a focalização criteriosa e o incremento dos valores pagos por benefícios sociais, como, por exemplo, o Bolsa Família, combinados com as demais estratégias de aumento de emprego, renda e escolaridade das famílias, poderão maximizar as contribuições na redução da insegurança alimentar no país
Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil	Machado, Mick Lennon Gabriel, Cristine Garcia Soar, Claudia Mamed, Gisele Rockenbach Machado, Patricia Maria de Oliveira de Lacerda, Josimari Telino Martins, Milena Corrá Marcon, Maria Cristina	2018	Cadernos de Saúde Pública	Analisar a adequação dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (PlansAN) às normas estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	Brasil	"Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis"	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Normas estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	Coleta de dados entre agosto a outubro de 2016	NA	NA	Os resultados demonstram a importância da construção e realização de avaliações dos PlansAN como forma de garantir sua implementação. Além disso, o fortalecimento das estruturas componentes do SISAN, apoio técnico e formações com CONSEA e, sobretudo com as CAISAN, podem qualificar o processo de construção, monitoramento e avaliação dos planos, sensibilizando atores e permitindo que gestores públicos e sociedade civil apoderem-se desse instrumento.